

Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
Renováveis  
**Auditoria Interna**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA  
INTERNA (RAINT)  
Exercício 2022**

Brasília, março de 2023.

**PRESIDENTE**

Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça

**AUDITOR CHEFE**

Stênio Grangeiro Loureiro

**COORDENADOR DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE**

Sinfrônio Sousa Silva

**COORDENADOR DE AUDITORIA OPERACIONAL**

Roberto Corder - Substituto

**DIVISÃO DE APOIO À AUDITORIA INTERNA**

Gabriela Barbosa Ferreira

**SERVIÇO DE APOIO À AUDITORIA INTERNA**

Miucha Michelli Figueiredo Magalhães

**EQUIPE DE AUDITORIA EM 2022**

Antônio José Soares Júnior

Eric Fischer Rempe

Hamilton Everton Lima Júnior

José Douglas Oliveira da Silva

José Mateus Ventura

Raphael Souza de Melo

**EQUIPE DE APOIO**

Adriana Silva Pinheiro

André Teófilo dos Santos

Maria de Fátima Vieira de Queiroz

## QUAL O OBJETIVO DO RELATÓRIO?

Trata-se do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) referente ao exercício 2022. Nele são apresentadas as informações sobre a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados no ano de 2022.

A necessidade de disponibilização das informações no RAINT para a alta administração, para as instâncias internas de governança (Conselho Gestor) e para os demais interessados, busca demonstrar a efetiva atuação da Auditoria Interna como parte da estrutura de governança da instituição, fortalecendo os pilares de transparência e prestação de contas.

## O QUE VERIFICAMOS?

Os trabalhos da Auditoria Interna em 2022 envolveram tanto auditorias operacionais como auditorias de conformidade.

Os trabalhos de auditoria operacional foram concentrados na avaliação do processo de gestão do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Ibama e o Instituto Mauá de Tecnologia para os programas Proconve/Promot.

Já os trabalhos de auditoria de conformidade tiveram o objetivo de verificar a legalidade dos atos de gestão na contratação de Bombeiro Civil, a Aquisição de Coletes Balísticos e a Contratação e Locação de Helicópteros.

De maneira a atender a IN/CGU nº05/2021, foi realizado o trabalho sobre a Prestação de Contas Anual do Ibama, avaliando a sua aderência aos normativos que regem a matéria.

Houve ainda a execução auditorias especiais envolvendo a ocupação de imóveis funcionais do Ibama, sobre a repactuação contrato com a empresa fornecedora de asas rotativas, cujo tema central envolveu a análise sobre a proposta de cálculo de amortização dos valores alocados no item “Retorno de Investimentos” da planilha de custos e formação de preços, regularidade das concessões de diárias e passagens registradas no SCDP para a alta direção do Ibama e regularidade dos processos de dispensas de licitações para a contratação de serviço de reforma das instalações elétricas e de serviço de engenharia civil para execução de obras de reforma no Cetas/RJ.

Em relação ao acompanhamento da gestão das superintendências, este ocorreu por meio de um escopo de auditoria conjunto para avaliação das unidades do AC, GO, MT, PR, RO e TO, com foco sobre os Cetas, CTF, gestão de veículos, bens apreendidos e incêndios florestais.

### O QUE IDENTIFICAMOS?

Sobre o acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Ibama e o Instituto Mauá de Tecnologia, foi verificado que o edital deve estabelecer critérios mais claros sobre a conduta vedadas aos Agentes Técnicos Conveniados, minimizando possíveis riscos de descontinuidade do ACT e a caracterização de conflito de interesse, colocando em risco a implementação do programa. Como resultado do trabalho, a Diretoria responsável aprimorou seus controles, o que pode gerar ganho de qualidade na realização de futuros acordos de cooperação técnica.

Sobre a contratação de Bombeiro Civil, não foram identificados indícios de direcionamento da licitação ou restrição a sua competitividade.

Em relação à aquisição de Coletes Balísticos, a ocorrência de falha no planejamento da contratação causada por falta de equipe com conhecimento técnico e apoio adequado da área de contratos e licitações levou à especificação de coletes balísticos inadequados para as atividades realizadas pelo Ibama. A falha técnica foi remediada ao longo da execução do contrato e os coletes entregues atenderam às necessidades do Ibama.

Para o contrato de locação de helicópteros, identificou-se oportunidade de melhorias nos controles dos procedimentos de concessão de reajustes contratuais, de formalização das equipes de fiscalização, e de fiscalização relacionados aos atestes das ordens de serviço, da imputação de sanções e glosas e do cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada.

O trabalho sobre a Prestação de Contas Anual do Ibama, trouxe possibilidades de melhorias nos procedimentos de governança, riscos e controles.

### O QUE IDENTIFICAMOS?

O trabalho sobre a repactuação do Contrato de asas rotativas apontou a necessidade de melhor entendimento dos itens variáveis e fixos que compõe a planilha de custo do contrato o que proporcionaria melhores recursos para definir preços de referência, assim como reajustes e repactuações.

Sobre a ocupação dos imóveis funcionais, verificou-se a necessidade de melhorar os controles relacionados à implementação dos procedimentos estipulados pela Portaria nº1.154/2017.

Em relação à avaliação das viagens da alta administração, evidenciou-se que, em geral, as viagens realizadas possuem compatibilidade com a agenda oficial e possuem justificativas adequadas. Entretanto, foram identificadas oportunidades de melhoria nos controles sobre passagens emitidas fora da lotação do servidor e sobre o planejamento de viagens de maneira a diminuir o número de passagens urgentes.

As obras no Cetas/RJ, não apresentaram irregularidades nos processos de dispensas de licitações para a contratação de serviço de reforma das instalações elétricas e do processo para a contratação de serviço de engenharia civil para execução de obras de reforma.

As avaliações das gestões das unidades descentralizadas trouxeram a necessidade de uma mudança estrutural da gestão, considerando que os achados se repetiram praticamente em todas as superintendências avaliadas. Destaque para a necessidade de aprimoramento sobre a gestão dos bens apreendidos, considerando as fragilidades apontadas sobre os controles de inventários de bens, vistorias realizadas e acompanhamento dos bens doados de acordo com a finalidade acordada.

**ACOMPANHAMENTO DAS  
RECOMENDAÇÕES**

**(período de 2015-2022)**

**Índice de atendimento das  
recomendações emitidas**

<b>SEDE</b>	<b>76%</b>
<b>SUPES - AC</b>	<b>41%</b>
<b>SUPES - AL</b>	<b>95%</b>
<b>SUPES - AM</b>	<b>92%</b>
<b>SUPES - AP</b>	<b>96%</b>
<b>SUPES - BA</b>	<b>77%</b>
<b>SUPES - CE</b>	<b>92%</b>
<b>SUPES - ES</b>	<b>97%</b>
<b>SUPES - GO</b>	<b>79%</b>
<b>SUPES - MA</b>	<b>86%</b>
<b>SUPES - MG</b>	<b>100%</b>
<b>SUPES - MS</b>	<b>94%</b>
<b>SUPES - MT</b>	<b>51%</b>
<b>SUPES - PA</b>	<b>65%</b>
<b>SUPES - PB</b>	<b>100%</b>
<b>SUPES - PE</b>	<b>79%</b>
<b>SUPES - PI</b>	<b>93%</b>
<b>SUPES - PR</b>	<b>57%</b>
<b>SUPES - RJ</b>	<b>85%</b>
<b>SUPES - RN</b>	<b>84%</b>
<b>SUPES - RO</b>	<b>39%</b>
<b>SUPES - RR</b>	<b>95%</b>
<b>SUPES - RS</b>	<b>65%</b>
<b>SUPES - SC</b>	<b>88%</b>
<b>SUPES - SE</b>	<b>86%</b>
<b>SUPES - SP</b>	<b>93%</b>
<b>SUPES - TO</b>	<b>66%</b>

## Sumário

1. Introdução.....	7
2. Unidade de Auditoria Interna.....	9
<b>3. Descrição dos Trabalhos de Auditoria Interna .....</b>	<b>9</b>
<b>4. Execução do Paint 2022 e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria.....</b>	<b>10</b>
4.1 Auditoria de Conformidade no Contrato 01/2018 – Contratação de Bombeiro Civil .....	10
4.2 Auditoria de Conformidade no Contrato 25/2021 – Aquisição de Coletes Balísticos.....	11
4.3 Auditoria de Conformidade no Contrato 03/2015 – Contratação e Locação de Helicópteros .....	12
4.4 Gestão e fiscalização dos Termos de Cooperação Técnica firmados no âmbito do Proconve.....	13
4.5 Análise da Prestação de Contas .....	14
4.6 Auditoria de Gestão nas Superintendências.....	15
4.6.1 Auditoria de Gestão – SUPES/Acre.....	15
4.6.2 Auditoria de Gestão – SUPES/Goiás.....	16
4.6.3 Auditoria de Gestão – SUPES/Mato Grosso.....	17
4.6.4 Auditoria de Gestão SUPES-Paraná.....	18
4.6.5 Auditoria de Gestão SUPES-Rondônia .....	20
4.6.6 Auditoria de Gestão SUPES-Tocantins.....	21
<b>5. Trabalhos de Auditoria Planejados e não realizados .....</b>	<b>22</b>
<b>6. Trabalhos de Auditoria não previstos no Paint e realizados .....</b>	<b>22</b>
6.1 Auditoria Especial sobre a Ocupação de Imóveis Funcionais do Ibama.....	22
6.2 Auditoria Especial sobre a Repactuação do Contrato com a Helisul.....	23
6.3 Auditoria Especial sobre as viagens para a alta administração do Ibama.....	24
6.4 Denúncia Obra Cetas/RJ .....	25
<b>7. Conclusão.....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO I - Quadro resumo da execução dos serviços de auditoria realizados em 2022 .....</b>	<b>28</b>

## 1. Introdução

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Auditoria Interna do Ibama, este Relatório tem por objetivo apresentar as informações sobre a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria (Paint) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados no ano de 2022. Apresenta-se, também, a execução de ações críticas ou não planejadas que exigiram atuação direta da Unidade.

As informações contidas neste Relatório, além de atenderem à previsão do Plano Anual de Auditoria Interna 2022 (Paint 2022), atendem ao que orienta a Controladoria-Geral da União (CGU) por meio da Instrução Normativa nº 05, de 27 de agosto de 2021.

São apresentadas as informações sobre a unidade de Auditoria Interna do Ibama, a descrição dos trabalhos de auditoria interna, os resultados consolidados dos benefícios decorrentes da atuação, e o quadro demonstrativo da execução dos serviços de auditoria realizados em 2022, contendo: alocação efetiva da força de trabalho; posição sobre a execução dos serviços de auditoria previstos, relacionando aqueles concluídos, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão; descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria; demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e do quantitativo dos benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da unidade ao longo do exercício, conforme as disposições da Instrução Normativa CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.

Em relação ao Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade, em 2022, tendo como ponto de partida a avaliação IACM, a Auditoria Interna atualizou o Plano de Ação visando à implementação efetiva das atividades previstas e iniciou a elaboração de um documento formalizando o Programa no Ibama.

Concomitantemente, em conjunto com a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, a Auditoria Interna realizou o recrutamento de servidores para complementação do quadro de servidores da Auditoria Interna. O procedimento foi feito por meio de Processo Seletivo, possibilitando o exercício das atividades por meio do Programa de Gestão de Demandas (PGD) do Ibama. Como resultado a unidade recebeu 04 (quatro) servidores com perfil adequado para as atividades de auditoria.

Ainda em 2022, a Auditoria Interna iniciou a revisão do Manual de Auditoria Interna com a finalidade principal servir de orientação e subsídio à atuação dos servidores da Auditoria Interna do Ibama que praticam atividades de auditoria sobre os atos de gestão contábil, financeira, operacional, patrimonial e de pessoal no âmbito das unidades gestoras do Instituto, no exercício das competências decorrentes diretamente dos preceitos do Art.74 da Constituição Federal. O Manual é referencial de trabalho e de consulta cotidiana, no instante em que, definidos os princípios e padrões, são apresentadas rotinas, normas de conduta e demais regras que envolvem a prática dos trabalhos.

Em complemento, desenvolveu-se, ao longo de todo o ano, o Plano de Capacitação da Auditoria interna, onde foram executadas 1420 horas de treinamentos, 540 horas a mais do inicialmente planejado, conforme descrito a seguir:

CAPACITAÇÃO - AUDITORIA INTERNA 2022			
Curso	Instituição	Servidores	Horas/aula
1ª Semana de Segurança Cibernética (CyberGov) do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	SGD/ME	1	30
1ª Semana de Proteção de Dados Pessoais	Enap	2	60
Administração Pública: Planejamento e Gestão	ISC/TCU	1	80
Agenda for Sustainable Development and e-Learning	Enap	1	10
Auditoria baseada em riscos I	ISC/TCU	3	75
Auditoria baseada em riscos II	ISC/TCU	2	50
Auditoria nas Contas Anuais - Financeira integrada com conformidade	ISC/TCU	1	100
Auditoria Operacional	Enap	1	60
Auditoria Operacional	ISC/TCU	1	10
Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos	Ibama	1	20
Competências Emocionais e Eficiência em Gestão	Enap	1	16
Contabilização de Benefícios	ISC/TCU	1	10
Criatividade e Inovação Aplicada ao Serviço Público	Enap	1	25
Curso Técnicas de Auditoria Interna Governamental	Enap	1	24
Desenvolvimento Sustentável e as Entidades Fiscalizadoras Superiores	ISC/TCU	1	45
Elaboração de Relatórios de Auditoria	Enap	1	24
Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos	Enap	1	20
Fundamentos da Integridade Pública	Enap	1	25
Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	Enap	1	15
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)	Enap	1	20
Gestão do Conhecimento no Setor Público	Enap	1	20
Gestão Documental	Enap	2	60
Gestão e Apuração Ética Pública	Enap	1	24
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Enap	2	80
Governança Pública para Resultados	Enap	1	30
Introdução ao Orçamento Público	Enap	1	40
Licitações e Contratações Públicas no âmbito do Ibama	Ibama	2	120
Live IACM: lições apreendidas e perspectivas	CGU	1	2
Modelo de Capacidade de Auditoria Interna	Enap	1	20
Noções básicas do Trabalho Remoto	Enap	1	10
Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos	Enap	1	30
Normas Internacionais de Auditoria Financeira	Enap	2	80
Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental	Enap	1	16
Planejamento Estratégico para Organizações Públicas	Enap	1	40
Planejamento Individual de Auditoria em Riscos	CGU	1	16
Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo	Enap	1	10
Proteção de Dados Pessoais no Serviço Público	Enap	1	15
Referencial Técnico da Auditoria Interna	Enap	1	20
Sistema Eletrônico de Informações	Enap	1	20
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	Enap	2	48
<b>TOTAL</b>			<b>1420</b>



## **2. Unidade de Auditoria Interna**

A Auditoria Interna é um órgão seccional da estrutura organizacional, ligado diretamente à presidência do Ibama, conforme previsto no Regimento Interno do Instituto. Por fazer parte do Sistema de Controle Interno do poder executivo federal, a Auditoria Interna está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da CGU. Tem como principal função adicionar valor e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Unidade, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco, auxiliando os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do auditor interno permeia as fases das atividades do negócio, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

Interage diretamente com a alta administração, sendo formalmente responsável pelo assessoramento no cumprimento dos objetivos institucionais, no apoio aos órgãos de controle interno da União e no acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação dos resultados institucionais nos seus aspectos de legalidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do Ibama.

Cabe ressaltar que, com a vigência do novo Regimento Interno do Ibama, Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, a estrutura organizacional da Auditoria Interna foi ampliada. A Unidade agora possui uma Coordenação de Auditoria de Conformidade e uma Coordenação de Auditoria Operacional; com o Serviço de Apoio à Auditoria Interna, responsável pelo controle das demandas dos órgãos de controle interno e externo, e com uma Divisão de Apoio responsável pelo Programa de Gestão de Qualidade da Auditoria Interna do Ibama. Além disso, as atividades de Ouvidoria, de Autoridade de Monitoramento e a função de Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, foram realocadas, deixando de fazer parte das atribuições do Auditor Interno.

No que concerne à capacidade operacional, cabe registrar que em 2022, considerando os servidores que ingressaram por concurso público e pelo processo de recrutamento interno, a Auditoria Interna encerrou o ano com 16 (dezesesseis) servidores em seu quadro, sendo: 10 (dez) servidores para o desempenho dos trabalhos de auditoria, 03 (três) servidores no gabinete, o Coordenador de Auditoria de Conformidade, o Coordenador de Auditoria Operacional e o Auditor Chefe.

## **3. Descrição dos Trabalhos de Auditoria Interna**

Conforme o artigo 33 do Regimento Interno do Ibama, compete à Auditoria Interna, dentre outras atividades, acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar os resultados quanto à legalidade, à eficiência, à eficácia, à efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do Ibama. O principal objetivo dessas atividades é aferir a regularidade e a eficiência da gestão administrativa, dos resultados alcançados em decorrência da aplicação dos recursos públicos, bem como se estes se encontram em conformidade com os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública Federal.

As ações de auditoria tiveram por objetivo fornecer avaliações independentes sobre os objetos de auditoria e fomentar o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. No exercício de 2022, as auditorias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes aos temas auditados. As vulnerabilidades encontradas, além de terem sido objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2023.

#### **4. Execução do Paint 2022 e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria**

##### **4.1 Auditoria de Conformidade no Contrato 01/2018 – Contratação de Bombeiro Civil**

**Relatório:** 23/2022 (Sei 13796033)

**Objetivo:** verificar e avaliar a conformidade no processo nº 02001.000217/2017-91, do Contrato nº 01/2018 – Prestação de serviços de forma contínua de Bombeiro Civil (Brigada de Incêndio) nas dependências do Ibama/Sede.

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** fevereiro a julho de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

##### **Descrição dos fatos relevantes resultantes do trabalho da auditoria:**

O trabalho de auditoria avaliou a regularidade do procedimento licitatório, a efetividade dos controles internos administrativos aplicados, a conformidade na execução contratual e a atuação da equipe de fiscalização do contrato. A análise foi realizada no processo principal e nos processos vinculados ao principal.

O Contrato nº 01/2018 tem por objeto a prestação de serviços de forma contínua de Bombeiro Civil (Brigada de Incêndio) nas dependências do Ibama/Sede, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital identificado no preâmbulo e na proposta vencedora. O valor inicial do contrato foi de R\$ 1.407.998,52 (um milhão, quatrocentos e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Quanto à regularidade do procedimento licitatório, não foram identificados indícios de direcionamento da licitação ou restrição a sua competitividade. Os procedimentos licitatórios foram realizados levando em consideração pesquisa de preços de acordo com a legislação vigente.

O contrato foi renovado por meio de 04 (quatro) Termos Aditivos e executado na sua integralidade conforme o pactuado e a contratada manteve as

condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório em suas renovações.

Durante a fase de planejamento da contratação, não foi previsto o posto de folguista, fato que comprometeu a execução contratual. No entanto, ao constatar a falha, a administração decidiu realizar uma nova licitação e não renovar o contrato.

Quanto à atuação da equipe de fiscalização do contrato, os servidores foram formalmente designados para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, designados por meio de portaria.

A efetividade dos controles internos administrativos aplicados e os controles adotados para verificar o pagamento das faturas devidamente atestadas foram considerados adequados e os processos de pagamento foram adequadamente formalizados.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Substituição do contrato vigente, por meio de nova licitação, na busca de eliminar as falhas iniciais de planejamento pela ausência de previsão do posto de folguista.

**4.2 Auditoria de Conformidade no Contrato 25/2021 – Aquisição de Coletes Balísticos**

**Relatório:** 27/2022 (Sei 14065671)

**Objetivo:** avaliar a eficiência, eficácia e economicidade do processo de aquisição dos coletes balísticos pelo Ibama

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** fevereiro a abril de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes resultantes do trabalho da auditoria:**

O objetivo do trabalho de auditoria foi avaliar a eficiência, a economicidade e a legalidade do processo de aquisição de 1.000 (mil) coletes balísticos com 2 (duas) capas táticas e bolsa de transporte pelo Ibama (02001.018078/2019-14) ocorrido ao longo dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Além do processo principal, foram analisados os processos relacionados: 02001.015607/2019-28 – Capas táticas; 02001.018501/2019-86 – Autorização junto ao Exército para aquisição de coletes balísticos; 02001.010499/2020-31 – Solicitação de empréstimo de 450 coletes; e 02001.002926/2013-88 – 1ª licitação de coletes com placa balística de polietileno de ultra elevado peso molecular adquiridos em 2015.

Observou-se a ocorrência de falha no planejamento da contratação causada por falta de equipe com conhecimento técnico e apoio adequado da área de contratos e licitações, fato que levou à especificação de coletes balísticos inadequados para as atividades realizadas pelo Ibama. Ressalta-se que a falha

técnica foi remediada ao longo da execução do contrato, de maneira que os coletes entregues atenderam às necessidades do Ibama. A equipe de auditoria apontou as falhas encontradas e os riscos existentes e emitiu recomendações para que sejam adotadas medidas, no que se referem, principalmente, à integração das equipes técnicas e de licitação, que levem à maior efetividade de contratações futuras.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Considerando os acontecimentos ocorridos durante todo o processo para a aquisição dos coletes, as unidades vêm atuando na melhoria dos procedimentos e controles internos. Reuniões de alinhamento entre as equipes de planejamento de contratações das áreas finalísticas e a unidade de contratação; cursos internos para capacitação em licitação e gestão de contrato bem como a criação de um fórum de dúvidas; processo de padronização e manualização dos processos de trabalho da área administrativa com mapeando dos fluxos processuais, definição das etapas necessárias para conclusão da demanda e criação de modelos de documentos padrão são algumas das atividades que estão sendo implementadas.

**4.3 Auditoria de Conformidade no Contrato 03/2015 – Contratação e Locação de Helicópteros**

**Relatório:** 30/2022 (Sei 14198685)

**Objetivo:** avaliar a execução contratual do Contrato nº 03/2015 durante o exercício de 2020 **Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** março a outubro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes resultantes do trabalho da auditoria:**

O trabalho de auditoria foi realizado no Contrato nº 03/2015 celebrado entre o Ibama e a empresa Helisul Taxi Aéreo Ltda., com vigência de 2015 a 2021 e como objeto a contratação de empresa para fretamento de helicópteros, cuja referência para pagamento é o valor de hora de voo, que inclui todos os custos de investimento, manutenção, abastecimento, mão-de-obra, taxas, impostos, despesas administrativas e lucro. Durante a vigência do contrato foram realizados 06 (seis) termos aditivos.

Com a conclusão da auditoria, em relação à manutenção das condições de habilitação da empresa contratada e o equilíbrio econômico-financeiro, ficou constatado que o Ibama não fez a análise de concessão de reajustes tempestivamente haja vista que a concessão de reajuste só ocorreu em 2020, após 05 (cinco) anos de execução contratual.

Quanto ao acompanhamento e a fiscalização do contrato, estes apresentaram fragilidades relevantes concernentes à tempestividade da atuação da equipe de fiscalização, como por exemplo aos procedimentos relacionados à fiscalização das obrigações trabalhistas, aos procedimentos envolvendo a aplicação

de sanções e até mesmo a cobrança de glosas, que deixaram de atuar em momentos relevantes.

Sobre os pagamentos, estes foram realizados adequadamente, considerando que as horas de voo que foram pagas estão restritas às apontadas nos diários de bordo. Cabe ressaltar a fragilidade apontada no pagamento apenas baseado nos diários de bordos encaminhados pelos comandantes das aeronaves engajadas nas operações, não havendo nenhuma validação formal dessas informações entre os coordenadores das operações em campo e os fiscais responsáveis pelo ateste dessas horas de voo.

Considerando a materialidade envolvida e a relevância da execução contratual para a efetividade das atividades de fiscalização do Ibama, a Auditoria Interna mantém em monitoramento as recomendações estruturantes emitidas sobre o novo contrato nº48/2021, vigente em 2022.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Foram apontadas oportunidade de melhorias nos controles relacionados aos procedimentos de concessão de reajustes contratuais, de formalização das equipes de fiscalização, assim como nos procedimentos de fiscalização relacionados aos atestes das ordens de serviço, da imputação de sanções e glosas e do cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada.

**4.4 Gestão e fiscalização dos Termos de Cooperação Técnica firmados no âmbito do Proconve**

**Relatório:** 26/2022 (Sei 14040384)

**Objetivo:** avaliar riscos e controles na gestão do Termo de Cooperação Técnica relacionado à execução do Proconve

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** março a setembro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria:**

O trabalho teve por escopo avaliar a gestão do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Ibama e o Instituto Mauá de Tecnologia para os programas Proconve/Promot, com o objetivo de verificar possíveis riscos que possam comprometer o desenvolvimento do acordo como também a confiabilidade dos controles utilizados para mitigá-los.

Os riscos mais sensíveis relacionados à questionamentos sobre eventuais conflitos de interesse serão tratados numa avaliação da unidade técnica sobre uma definição mais precisa sobre as condutas a serem vedadas ao Agente Técnico Conveniado.

Outro ponto a ser destacado está na avaliação sobre a possibilidade de se utilizar o credenciamento, em substituição ao atual chamamento público, permitindo o Ibama acesso a um maior número de Agentes para atuar nos Programas, mitigando os riscos de descontinuidade por eventuais descumprimentos dos critérios de seleção.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhoria no processo de seleção dos Agentes Técnicos Conveniados pela reavaliação dos critérios de vedação sobre às condutas vedadas aos Agentes assim como na diminuição do risco de descontinuidade dos serviços pela possibilidade de credenciamento de mais atores aptos a desenvolverem as atividades dos Programas.

#### **4.5 Análise da Prestação de Contas**

**Relatório:** 03/2022 (Sei 12677013)

**Objetivo:** avaliar a aderência da Prestação de Contas aos normativos que regem a matéria

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** fevereiro a março de 2022

**H/H:** 240

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos serviços de auditoria:**

Visando o cumprimento das exigências legais, o trabalho realizado pela equipe de auditoria teve como escopo a avaliação da aderência da Prestação de Contas Anual do Ibama aos normativos que regem a matéria, por meio da avaliação do conteúdo e da forma do Relatório de Gestão do Ibama 2021 e dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos.

Considerando os prazos definidos pela IN/CGU 05/2021 para a publicação do Parecer, assim como os prazos definidos pela IN/TCU 84/2020 e DN/TCU 187/2020 para a publicação dos Relatórios de Gestão, a análise da auditoria ficou restrita à versão preliminar do Relatório de Gestão do Ibama 2021 (Sei 12155470), não contemplando uma avaliação de mérito sobre os dados contidos no referido Relatório.

Durante a realização do trabalho de auditoria foi emitida uma Nota de Auditoria (12215322) resultado na correção de pendências na versão preliminar do Relatório de Gestão que, por sua importância, deveriam ser inseridas e/ou corrigidas antes da apresentação do Relatório ao Tribunal de Contas da União de Gestão.

Do exame dos procedimentos relacionados à elaboração do Relatório de Gestão do Ibama, destaca-se a existência de uma área responsável pelo gerenciamento dos procedimentos de elaboração, com atividades que são

desenvolvidas ao longo de todo o exercício examinado na busca de facilitar a obtenção de dados relacionados ao Relatório de Gestão. Pontos de controle também estão definidos no que se refere aos riscos identificados, definição de cronograma de acompanhamento, existindo, inclusive, uma busca de melhoria no processo por meio do uso de manuais e *checklists*.

Embora exista procedimentos de governança, riscos e controles definidos, faz-se necessário a melhoria desses procedimentos, principalmente no que se refere a uma melhor capacitação dos servidores envolvidos quanto à um melhor aprofundamento sobre a legislação que rege a matéria, ao formato e conteúdo das informações, de maneira a fornecer uma melhor aderência da Prestação de Contas aos normativos.

#### **Benefícios não financeiros auferidos:**

Adequação da prestação de contas aos normativos que regem a matéria evitando-se eventuais apontamentos do Tribunal de Contas da União.

#### **4.6 Auditoria de Gestão nas Superintendências**

As superintendências selecionadas para os trabalhos de auditoria em 2022, conforme metodologia de classificação apresentada no Paint 2022 foram as seguintes: Acre, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rondônia e Tocantins.

Considerando a definição de um escopo de auditoria único, tendo por premissa se obter uma visão sistêmica da gestão, foram avaliados os seguintes temas: Avaliação do gerenciamento de bens apreendidos; Avaliação dos controles para mitigar riscos na Gestão dos Cetas; Avaliação dos controles na utilização dos veículos da fiscalização ambiental; Avaliação dos controles nos trabalhos dos brigadistas em operações de combate a incêndios florestais (Prevfogo); gestão do Cadastro Técnico Federal; e monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna em trabalhos anteriores.

A seguir são apresentados os fatos mais relevantes referentes a cada Superintendência avaliada:

##### **4.6.1 Auditoria de Gestão – SUPES/Acre**

**Relatório:** 31/2022 (Sei 14218137)

**Período:** agosto a novembro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

##### **Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Sobre a gestão de bens apreendidos, os controles apresentados pela unidade foram ineficazes, considerando achados relacionados: (i) a armazenamentos de bens em locais impróprios, principalmente aqueles de maior



porte; (ii) a falta de identificação; (iii) alteração de características dos bens; (iv) ausência de vistorias dos bens sob guarda de fiéis depositários; (v) ausência de inventários de bens apreendidos do exercício de 2021; (vi) ausência de controles sobre prestação de contas de bens doados; e (vii) extravios de bens, incluindo armas de fogo.

Em relação ao controle de materiais e equipamentos do Prevfogo, bem como a utilização dos veículos da frota própria e locada, estes foram vistos como adequados, apesar de ter sido identificada falha pontual em ateste de nota onde constavam veículos do contrato anterior, proporcionando uma glosa potencial de R\$3.799,08.

Quanto ao funcionamento e gestão do Cetas, identificou-se oportunidades de melhorias quanto à infraestrutura, à gestão do contrato de tratadores, à gestão do Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Rio Branco e no processo de reavaliação das Áreas de Soltura de Animais Silvestres.

Em relação às atividades do Núcleo de Qualidade Ambiental e sobre às pendências de relatórios anteriores, não foram identificadas informações relevantes.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos e à gestão do Cetas pela unidade.

**Benefícios financeiros auferidos:**

Referente a glosa do contrato de veículos no valor de R\$3.799,08.

#### **4.6.2 Auditoria de Gestão – SUPES/Goiás**

**Relatório: 28/2022 (Sei 14176743)**

**Período:** agosto a outubro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Em relação à gestão dos bens apreendidos, verificou-se uma melhoria na gestão desde a última visita em 2019, apesar da existência de oportunidades quanto a formalização de parcerias para armazenamento desses bens, que mitigaria eventuais riscos de prejuízos ao Ibama. Ressalta-se a existência de um passivo de mais de 6.000 (seis mil) processos de bens apreendidos em análise cuja prioridade está nos autuados a partir de 2021. Outro ponto de melhoria diz respeito a ausência na emissão da Comunicação de Bem Apreendido (CBA), cujo objetivo está na consignação das pessoas e setores envolvidos no repasse do bem.

Quanto ao funcionamento e gestão do Cetas, a gestão encontra-se adequada, com equipe capacitada e contratos de provisão de alimentos e insumos para



tratamento dos animais. Destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica nº 46/2021 (Sei 10921768) por meio do qual é realizado o atendimento veterinário. Cabe destacar ainda, a conclusão, em 2021, de obra de um prédio com 04 (quatro) anexos, refletindo diretamente na melhoria para a qualidade de atendimento de animais e condições de trabalho de servidores.

A gestão da frota veicular está sendo realizada de forma adequada, necessitando revisar e fortalecer alguns dos controles já implementados referentes ao procedimento de cobrança de infrações, da ferramenta de controle dos veículos locados, dos procedimentos de glosas aplicadas nas faturas e de capacitação contínua dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização dos contratos.

A unidade realiza adequadamente os procedimentos de auditoria cadastral no CTF/APP, possuindo ainda um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), para a gestão integrada dos dados do CTF/APP e da arrecadação conjunta da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFA, que em 2021 resultou em uma receita de R\$23.136.754,86.

Já com relação à gestão de equipamentos e materiais do Prevfogo, não foram identificadas impropriedades ou riscos relevantes nos testes de auditoria realizados.

Em relação às pendências de relatórios anteriores, ainda existem recomendações em fase de implementação e que estão em monitoramento.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade.

**4.6.3 Auditoria de Gestão – SUPES/Mato Grosso**

**Relatório:** 03/23 (Sei 14762957)

**Período:** julho de 2022 a janeiro 2023

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Com a conclusão dos trabalhos foi possível observar que a unidade possui fragilidades na gestão de bens apreendidos e precisa implementar um controle mais efetivo envolvendo os registros de entrada, movimentação interna e saída, assim como a devida operacionalização da Comunicação de Bens Apreendidos (CBA) de maneira a possibilitar o apropriado registro contábil. Oportunidades de melhorias também foram identificadas nos procedimentos de guarda de fiel depositário e na realização das inspeções regulares sobre esses bens. Apesar da utilização de pátios de parceiros no armazenamento de bens de grandes volumes, a

formalização de instrumentos de parcerias se faz necessária para diminuir riscos de falta de identificação das responsabilidades sobre os bens armazenados. Essa ausência de formalização de acordos também foi identificada para os casos de apreensão de animais silvestres considerando que a Superintendência não possui Cetas.

Em relação à gestão da frota locada, há fragilidades no monitoramento dos veículos pelos fiscais setoriais no âmbito da Superintendência e no ateste de faturas, bem como a identificação de indícios de pagamentos indevidos na ordem de R\$307.900,25, que resultaram na necessidade de uma revisão nas demais faturas atestadas e de uma capacitação dos servidores envolvidos

A unidade possui um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Sema/MT) que visa a gestão integrada do CTF/APP, cuja operacionalização tende a influenciar positivamente na efetividade das atribuições do Núcleo de Qualidade Ambiental da Superintendência, entretanto a implementação das ações e metas encontram-se atrasadas, em especial no que diz respeito ao intercâmbio de dados entre as instituições.

Considerando a gestão de materiais e equipamentos utilizados pelas equipes do Prevfogo, não foram identificados pontos relevantes no que diz respeito ao armazenamento desses itens adquiridos e encaminhados pela unidade em Brasília. Entretanto, observou-se que o armazenamento de combustível e líquidos inflamáveis para o pinga-fogo para uso da equipe necessitam de adequações às normas vigentes, tanto na sede em Cuiabá como na unidade de Canarana.

Cabe destacar ainda, que devido a demanda pontual, foi identificada fragilidade no procedimento inclusão de áreas embargadas no cadastro público de áreas embargadas em desacordo com a IN 01/2008.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como identificação de oportunidades de melhorias nos controles de utilização de veículos.

**Benefícios financeiros esperados:**

R\$307.900,25 referentes à revisão de faturas de pagamentos de veículos locados.

**4.6.4 Auditoria de Gestão SUPES-Paraná**

**Relatório:** 04/23 (Sei 14765100)

**Período:** junho de 2022 a janeiro de 2023

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

## **Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

A equipe de auditoria observou fragilidades na gestão bens apreendidos, em especial no que se refere à infraestrutura de armazenamento tanto para bens de pequeno volume, incluindo as exigências normativas relacionadas ao armazenamento de equipamentos e líquidos inflamáveis e explosivos, como de grande volume. Outra questão relevante envolve os procedimentos de contabilidade dos bens apreendidos o que acaba refletindo na realização de inventários efetivos. Existe ainda uma dificuldade no controle dos bens apreendidos sob guarda de fiel depositário, devido à falta de vistorias periódicas, assim como fragilidade nos controles relacionados ao cumprimento das obrigações dos termos de doações por parte dos donatários.

Importante ressaltar que no caso da apreensão de animais silvestres, a Superintendência não possui na sua estrutura operacional um Centro de Triagem de Animais Selvagens – Cetas. Dessa maneira, a formalização de instrumentos de parcerias com outras instituições poderia contribuir para a melhoria dos procedimentos de gestão.

Em relação à gestão da frota locada, uma falha pontual nos controles possibilitou a cobrança a mais de R\$491,34. Importante ainda destacar indícios de subutilização da frota locada considerando que o uso real ficou em aproximadamente um terço do previsto.

A Taxa de Cobrança de Fiscalização Ambiental (TCFA) no Estado do Paraná correspondeu à uma arrecadação em torno de R\$35.177.340,80. Esse valor tem como referência o Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) de 43.056 pessoas jurídicas inscritas. A ausência de acesso ao banco de dados do Estado do Paraná limita o conhecimento do grau de cobertura ou defasagem das inscrições. Com isso, a retomada da operacionalização do ACT nº9/2014 torna-se essencial para obter um maior grau de confiabilidade sobre o grau de cobertura das inscrições cadastradas e por consequência do volume de recursos arrecadados.

Considerando o reaparecimento da ocorrência de incêndios, principalmente na região oeste do Paraná, iniciou-se um trabalho de reestruturação do Prevfogo na superintendência com disponibilização de equipamentos e materiais, assim como treinamento de brigadas voluntárias em duas terras indígenas.

### **Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, envolvendo inclusive formalização de parceria para a recepção e destinação de animais silvestres. Melhoria na avaliação do grau de cobertura do CTF junto às empresas com sede no Paraná.

### **Benefícios financeiros auferidos:**

R\$491,34 referente a glosa pontual em fatura do contrato de locação de veículos.

#### **4.6.5 Auditoria de Gestão SUPES-Rondônia**

**Relatório:** 36/2022 (Sei 14545470)

**Período:** agosto a novembro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

#### **Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Em relação à gestão dos bens apreendidos, verificou-se que a unidade não possui um controle eficaz dos bens apreendidos sob sua guarda e nem os que se encontram sob guarda de fiel depositário, potencializada devido à falta de ferramentas específicas para esses controles, e para os casos de guarda de fiel depositário pela dificuldade em realização de vistorias. Para o caso dos desfazimentos por doação, as fragilidades dos controles sobre as prestações de contas também esbarram nas dificuldades de realização de levantamentos de campo. Uma grande quantidade de bens apreendidos acaba sofrendo deterioração sem que a Superintendência consiga dar os encaminhamentos necessários aos desfazimentos apropriados.

A análise da gestão do Cetas restou prejudicada, considerando que a unidade recebeu um Cetas em 2020 em cumprimento de condicionante de licença de instalação da UHE de Santo Antônio, no entanto ainda se encontra em processo de reativação que se dará por meio de um acordo de cooperação técnica com o governo estadual para gestão compartilhada, celebrado em setembro de 2021. Atualmente os animais entregues na superintendência e que necessitam de tratamento são direcionados a instituições parceiras.

Em relação à gestão da frota locada, os controles de ateste de notas apresentaram fragilidades no instante que as notas são encaminhadas com meses de atraso, dificultando as glosas tempestivas pelos fiscais setoriais. No que se refere aos meses de dezembro de 2021 a maio de 2022 foram indicadas glosas no valor de R\$42.304,87 sem comprovação. Há fragilidades, ainda, no monitoramento das manutenções dos veículos pelo fiscal setorial, considerando que o aplicativo disponibilizado não indica das datas precisas de entrada e saída dos serviços de manutenção, prejudicando a gestão e indicação de possíveis glosas. Por fim, o controle de multas apresenta oportunidade de melhorias, no instante que não consta nos processos abertos das multas identificadas a comprovação dos referidos pagamentos e as efetivas conclusões. Esse fato se agrava no âmbito do Prevfogo, que possui uma quantidade considerável de servidores temporários utilizando os veículos.

O CTF/APP mantém uma base de dados de cadastro de empresas que realizam atividades potencialmente poluidoras que é a referência para a arrecadação da TCFA, cuja arrecadação no ano de 2021 girou em torno de R\$1.507.430,84. Diante disso, identificou-se uma oportunidade de melhoria com uma eventual celebração de parceria com o Estado que poderia, por meio de troca de informações, validar as informações do CTF/APP.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, assim como de controles envolvendo os procedimentos de ateste de notas de veículos locados e ressarcimento de multas.

**Benefícios financeiros auferidos:**

R\$42.304,87, referente à comprovação de glosas em faturas atrasadas de locação de veículos.

**4.6.6 Auditoria de Gestão SUPES-Tocantins****Relatório: 32/2022 (Sei 14396475)****Período:** julho a dezembro de 2022**H/H:** 400**Posição:** finalizado**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Em relação à gestão dos bens apreendidos, fragilidades foram identificadas envolvendo a falta de local apropriado para a guarda dos bens, ausência de acordos de cooperação que poderiam prover uma guarda mais adequada, ausência de controles, tanto de sistemas informatizados como de vistorias, para acompanhamento dos bens apreendidos em poder de fies depositários, e ausência de elaboração de inventário corroboram a necessidade de melhorias na gestão. Cabe ressaltar que o tema já vinha sendo objeto de apontamentos anteriores, conforme auditoria realizada em 2020, sem que tenhamos identificados avanços significativos.

Importante destacar que a Superintendência não possui na sua estrutura organizacional um Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), e dessa forma os encaminhamentos relacionados a animais resgatados, apreendidos e recebidos de maneira voluntária, são realizados de maneira informal para o Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins).

A unidade possui fragilidades na gestão da frota própria, envolvendo o controle de multas recebidas, manutenção da frota e controle de veículos cedidos para outras Superintendências. Com relação à frota locada existe fragilidade nos procedimentos de ateste das faturas e de controle do tempo das manutenções pelos fiscais impactando na definição assertiva de glosas por indisponibilização dos veículos.

Quanto ao Cadastro Técnico Federal, a unidade possui um ACT para a gestão integrada do CTF/APP com o Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins) cuja finalidade envolve a gestão integrada do CTF/APP e do Cadastro Técnico Estadual, de procedimentos para recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) e da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Tocantins (TCFA-TO); e a prestação dos serviços de atendimento ao cidadão.

Identificou-se fragilidades nos controles de execução do ACT, considerando que o partícipe não vem cumprindo as obrigações acordadas e não foi elaborado o Relatório de Acompanhamento e Avaliação de Etapa do Plano de Trabalho (Replan).

Em relação ao Prevfogo, foi identificada a necessidade de um local mais adequado para o armazenamento de equipamentos e materiais utilizados nas ações. Destaca-se que existe iniciativa para teste de um sistema eletrônico de movimentação de veículo-MV para que possa ter uma gestão e monitoramento mais efetivo sobre os veículos.

#### **Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhorias dos controles relacionados à gestão de bens apreendidos pela unidade, melhorias na execução do ACT para operacionalização do CTF e de monitoramento mais efetivo sobre os veículos do Prevfogo.

### **5. Trabalhos de Auditoria Planejados e não realizados**

No ano de 2022 não foram realizados dois trabalhos previstos no PAINT: Elaboração das Informações Contábeis e Financeiras e Mapeamento do universo de auditoria do Ibama.

Sobre a Elaboração das Informações Contábeis e Financeiras, o objetivo era definir uma conta significativa relevante do Ibama e avaliar os procedimentos internos e controles existentes para a gestão dessa conta de maneira a ter elementos que pudessem subsidiar de uma maneira mais robusta o parecer da auditoria interna conforme a IN CGU nº5/2021. Entretanto, considerando a falta de capacidade operacional da unidade de auditoria interna do Ibama a realização do trabalho teve que ser reprogramada para o ano seguinte.

Em relação ao Mapeamento do universo de auditoria do Ibama, o objeto do trabalho seria elaborar o Mapa de Riscos do Ibama com a identificação do universo de temas auditáveis. Haja vista o Plano de Trabalho de Auditoria nº 1075998 da CGU, com o objetivo de mapear os objetos auditáveis do Ibama e seus respectivos riscos do universo de auditoria do Ibama, a Auditoria Interna decidiu realocar as horas inicialmente previstas para atender as demandas dos trabalhos não previstos inicialmente no Paint 2022.

### **6. Trabalhos de Auditoria não previstos no Paint e realizados**

#### **6.1 Auditoria Especial sobre a Ocupação de Imóveis Funcionais do Ibama**

**Relatório:** 18/2022 (Sei 13243032)

**Objetivo:** avaliar a conformidade da ocupação dos imóveis funcionais do Ibama localizados no Distrito Federal entre 2019 e 2022

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** abril a maio de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Os levantamentos foram realizados com base na análise dos processos administrativos relacionados à gestão dos imóveis, envio de indagações por meio de solicitações de auditoria e por meio de reuniões virtuais e presenciais com servidores da unidade responsável pelo tema.

O trabalho observou que, inicialmente, em 2 (dois) dos 3 (três) processos de cessão de imóveis, os procedimentos internos do Ibama descritos na Portaria nº 1.154/2017 foram atendidos. As solicitações de ocupação dos imóveis funcionais ocorreram de forma adequada e durante o uso do imóvel, o ocupante atendeu as suas obrigações. Em relação ao processo com inconsistências, estas foram sanadas durante a realização dos trabalhos de auditoria, cabendo ao Ibama melhorar os controles relacionados à implementação dos procedimentos estipulados pela Portaria nº1.154/2017.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhoria dos procedimentos de controle relacionados ao acompanhamento das ocupações dos imóveis funcionais cedidos pelo Ibama.

## **6.2 Auditoria Especial sobre a Repactuação do Contrato com a Helisul**

**Relatório:** Nota Informativa nº 14074580/2022-CAC/Audit

**Objetivo:** apurar os apontamentos realizados pelo Fiscal Administrativo do Contrato nº 08/2021 e respectivo termo aditivo, tendo como tema central uma análise sobre a proposta de cálculo de amortização sobre os valores alocados no item “Retorno de Investimentos” da planilha de custos e formação de preços.

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** agosto a novembro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

Após a realização do trabalho concluiu-se que o fiscal do contrato não fundamentou devidamente a sua análise sobre amortização de investimentos, inviabilizando a aplicação dos cálculos para os ajustes propostos na repactuação. O objeto que deveria compor os valores presentes na categoria “Retorno de Investimentos” não foi detalhado no Termo de Referência, no Edital da Licitação ou no Contrato. Além disso, sem o entendimento claro a respeito dos valores inscritos



a título de “Retorno de Investimentos”, as recomposições e ajustes desses custos se tornam possivelmente desfavoráveis ao Ibama.

Foi recomendado que a área demandante identifique, com base na planilha custos e formação de preços do atual contrato, quais itens são passíveis de repactuação e com base em que índices e justificativas tais valores podem ser ajustados.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Aprimoramento sobre o entendimento dos itens variáveis e fixos que compõe a planilha de custo do contrato proporcionando melhores recursos para definir preços de referência, assim como reajustes e repactuações.

### **6.3 Auditoria Especial sobre as viagens para a alta administração do Ibama**

**Relatório:** 11/2022 (Sei 12107694)

**Objetivo:** avaliar a regularidade das concessões de diárias e passagens registradas no SCDP para a alta direção do Ibama

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** novembro de 2021 a fevereiro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

O trabalho teve como objetivo avaliar a regularidade das concessões de diárias e passagens, registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP para a alta administração (DAS 5 ou superior), no período de 02/01/2019 a 31/10/2021. Cabe destacar que a análise não tratou sobre o mérito e a conveniência haja vista que a auditoria interna não intervém na gestão administrativa da unidade, tal restrição inviabilizou recomendações mais objetivas no que se refere a grande quantidade de viagens urgentes realizadas pela alta administração, que se previstas antecipadamente poderiam proporcionar uma economia para Unidade.

Nesse sentido, foi verificado que, em geral, as viagens realizadas pela alta administração possuem compatibilidade com a agenda oficial e possuem justificativas adequadas.

Ressalta-se ainda um percentual relativamente alto de viagens com origem fora da lotação do servidor, o que, apesar de não possuir restrição legal, identificou-se o risco dessas situações ocasionarem prejuízo ao erário, entendeu-se que a Administração deveria melhorar os controles com vistas a comprovar a vantagem da aquisição de passagens com origem diferente da lotação do proposto.

**Benefícios financeiros auferidos:**



R\$123,17 referente à devolução de valores pagos a mais para viagens que não apresentaram justificativas adequadas.

**Benefícios não financeiros auferidos:**

Melhoria dos controles sobre passagens emitidas fora da lotação do servidor, melhoria dos controles sobre o planejamento de viagens de maneira a diminuir o número de passagens urgentes.

#### **6.4 Denúncia Obra Cetas/RJ**

**Relatório:** Nota Informativa nº 13338412/2022-CAC/Audit

**Objetivo:** analisar a regularidade dos processos de dispensas de licitações para a contratação de serviço de reforma das instalações elétricas do Cetas/RJ, processo nº 02022.000141/2022-13 e para a contratação de serviço de engenharia civil para execução de obras de reforma no Cetas/RJ, processo nº 02022.000863/2022-78.

**Tipo:** avaliação de auditoria

**Período:** julho a setembro de 2022

**H/H:** 400

**Posição:** finalizado

**Descrição dos fatos relevantes que resultaram da execução dos trabalhos de auditoria:**

A análise da auditoria concluiu que a decisão da Ação Civil Pública 5131245-45.2021.4.02.5101/RJ expôs, de forma clara e convincente, a urgência na realização das reformas das edificações e das instalações elétricas do Cetas/RJ. Dessa forma, entendeu-se que a emergência estava configurada e justifica a adoção da dispensa de licitação para a contratação dos serviços necessários para a recuperação das instalações elétricas e da estrutura civil do Cetas/RJ e, assim, evitar a ocorrência de maiores prejuízos pela demora no atendimento dessa decisão.

Observou-se ainda que os valores contratados se mostraram compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme verificado nas planilhas orçamentárias, considerando os índices de custos utilizados, restando confirmada a qualificação financeira da empresa atestando a capacidade de realização dos contratos.

Nesse sentido, entendeu-se pela regularidade dos processos de dispensas de licitações para a contratação de serviço de reforma das instalações elétricas e do processo para a contratação de serviço de engenharia civil para execução de obras de reforma.

## 7. Conclusão

Durante o ano de 2022 a Auditoria Interna do Ibama despendeu esforços para o aprimoramento das suas atividades, tendo como foco a melhoria da qualidade dos serviços executados.

Um grande desafio superado pela unidade foi a sensibilização da alta administração para fortalecimento da área por meio da formação de uma equipe qualificada, motivada e preparada para atender as demandas de gestão, melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados. A redução na força de trabalho da equipe de auditoria ao longo dos anos vinha impactando diretamente a execução das ações previstas, fato comprovado pela autoavaliação realizada com base no modelo de maturidade do IA-CM.

Por meio da realização do Processo de Recrutamento Interno para complementação do quadro de servidores da Auditoria Interna e com recebimento dos novos servidores que ingressaram por meio do concurso público, a Auditoria Interna teve um incremento substancial na sua força de trabalho, não apenas em critérios quantitativos como também qualitativos.

Ressalta-se que os resultados dos novos servidores nos trabalhos da Auditoria Interna serão avaliados apenas em 2023, haja vista que os ingressos ocorreram ao final de 2022 e início de 2023.

Um outro fato importante ocorrido em 2022 refere-se à alteração da estrutura da Auditoria Interna, ocorrida com a vigência do novo Regimento Interno do Ibama, Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022 (SEI 13627020). Com a alteração, as atividades de Ouvidoria, de Autoridade de Monitoramento e a função de Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, foram realocadas, deixando de fazer parte das atribuições do Auditor Interno. Da mesma forma, as atividades relacionadas ao Programa de Integridade e Política de Gestão de Riscos passaram a ser competência da Coordenação de Governança e Apoio Institucional, ligada à Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos.

Cabe ressaltar que as auditorias operacionais, apesar de não constarem efetivamente do Plano de Gestão de Riscos do Ibama, contribuíram para um conhecimento mais aprofundado dos riscos existentes e respectivos controles nos processos avaliados pela Auditoria Interna, no instante que também implementam continuamente o aprimoramento qualitativo das ações de auditoria interna e do aperfeiçoamento de técnicas e de métodos de trabalhos.

As auditorias de conformidade, ao identificarem falhas relacionadas aos critérios legalmente definidos, proporcionaram a identificação de controles internos que precisariam ser aperfeiçoados. Nesse sentido, foram emitidas recomendações aos gestores para que adotem medidas visando sanar as falhas identificadas e, em determinadas situações, estruture instrumentos atingindo a causa associada. Tais recomendações visam contribuir para o fortalecimento da gestão resultando em benefícios não financeiros, a partir da proposição de melhorias nos controles internos e de mitigação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais do Ibama, ou até mesmo na mensuração de eventuais benefícios financeiros considerando a recuperação de despesa financeira realizada sem respaldo legal.

Ainda em relação às recomendações emitidas pela Auditoria Interna, diante da taxa de atendimento por parte do gestor, considerando que o Ibama definiu o índice de atendimento às recomendações da Auditoria Interna como indicador de suas metas intermediárias, ações voltadas à sistematização do monitoramento das medidas adotadas pelas diversas unidades da Autarquia em face das recomendações emitidas proporcionaram um atingimento de 76 % metas referente às de recomendações atendidas pela sede e 81% referente às recomendações das superintendências.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pela Auditoria Interna, acredita-se que a unidade cumpriu suas competências regimentais no ano de 2022, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao contribuir na identificação de fragilidades nos controles internos administrativos e respectiva solução mitigadoras dos riscos identificados; atuando, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de fortalecimento da governança e da integridade corporativa e de aprimoramento à gestão.



## ANEXO I - Quadro resumo da execução dos serviços de auditoria realizados em 2022

Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Demanda	HH	Situação
Avaliação	Processos de contratação de bombeiro civil	Avaliar a eficiência, eficácia e economicidade do processo de contratação de bombeiro civil	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído
Avaliação	Processo de aquisição de coletes balísticos	Avaliar a eficiência, eficácia e economicidade do processo de aquisição dos coletes balísticos	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído
Avaliação	Contrato de locação de helicópteros Ibama	Avaliar a efetividade do contrato de helicópteros do Ibama	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Termo de cooperação técnica com o Instituto Mauá	Avaliar riscos e controles na gestão do Termo de Cooperação Técnica relacionado a execução do PROCONVE	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído
Avaliação	Processo da Elaboração das Informações contábeis e financeiras	Levantar os riscos existentes no processo de elaboração das informações contábeis e financeiras	Obrigação Legal	400,00	Cancelado
Avaliação	Prestação de Contas Anual do Ibama	Avaliar a aderência da Prestação de Contas aos normativos que regem a matéria	Obrigação Legal	240,00	Concluído
Avaliação	Mapa de riscos do Ibama	Elaborar o Mapa de Riscos do Ibama com a identificação do universo de temas auditáveis	CGU	400,00	Cancelado
Avaliação	Resultados Gestão SUPES/AC	Avaliar a gestão com vistas à conformidade dos atos administrativos e gerenciais	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Resultados Gestão SUPES/RO	Avaliar a gestão com vistas à conformidade dos atos administrativos e gerenciais	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Resultados Gestão SUPES/TO	Avaliar a gestão com vistas à conformidade dos atos administrativos e gerenciais	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Resultados Gestão SUPES/MT	Avaliar a gestão com vistas à conformidade dos atos administrativos e gerenciais	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Resultados Gestão SUPES/PR	Avaliar a gestão com vistas à conformidade dos atos administrativos e gerenciais	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Resultados Gestão SUPES/GO	Avaliar a gestão com vistas à conformidade dos atos administrativos e gerenciais	Avaliação de Riscos	400,00	Concluído
Avaliação	Ocupação de Imóveis Funcionais do Ibama	Avaliar a conformidade da ocupação dos imóveis funcionais do Ibama localizados no Distrito Federal entre 2019 e 2022	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído
Avaliação	Repactuação do Contrato com a Helisul	Apurar os apontamentos realizados pelo Fiscal Administrativo do Contrato nº 08/2021 e respectivo termo aditivo, com análise da proposta de cálculo de amortização sobre os valores alocados no item "Retorno de Investimentos" da planilha de custos e formação de preços	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído
Avaliação	Especial sobre as viagens para a alta administração do Ibama	Avaliar a regularidade das concessões de diárias e passagens registradas no SCDP para a alta direção do Ibama	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído
Avaliação	Denúncia Obra Cetas/RJ	Analisar a regularidade dos processos de dispensas de licitações para a contratação de serviço de reforma das instalações elétricas e de serviço de engenharia civil para obras de reforma no Cetas/RJ	Solicitação da Gestão	400,00	Concluído